

4

EIS A QUESTÃO: MARCAS ORAIS EM REDAÇÕES ESCOLARES

THAT IS THE QUESTION: ORAL SCHOOL MARKS IN ESSAYS

Érica Pires Conde

Mestra em Linguística – Universidade Federal do Ceará (UFC); Mestrado em Educação pela São Marcos – São Paulo; Especialista em Língua Portuguesa, Avaliação da Aprendizagem, Supervisão Escolar e em Metodologia de Ensino da Educação Ambiental. Graduada em Língua Portuguesa e em Direito. É professora assistente da Universidade Federal do Piauí - UFPI.

RESUMO

As marcas orais estão presentes em textos escritos formais sem, algumas vezes, serem identificadas como tal. O que constatamos com este estudo leva-nos a discutir a produção de texto na sala de aula, ou seja, se o professor enfatiza a relação do gênero a ser produzido e o tipo de linguagem a ser utilizada. Nossos objetivos foram dois: verificar a ocorrência de marcas orais presentes em redações escolares e identificar as mais recorrentes nesses textos. Utilizamos a pesquisa de campo, especificamente, fizemos um estudo de caso. Para análise e interpretação dos dados, optamos pela pesquisa quantitativa e a qualitativa. Utilizamos uma amostra de trinta textos feitos por alunos do segundo ano do ensino médio, de uma escola particular de Teresina-PI, escolhidos aleatoriamente. Assim, acreditamos que

os textos orais e escritos tendem a se aproximar e afastar-se de tal maneira um do outro que fica difícil, para o corpo discente, delimitar as características de cada um. O ensino de língua portuguesa deve sustentar-se no tripé língua/ leitura/ produção. As produções de texto devem enfatizar, em sala de aula, as duas modalidades (escrita e falada), considerando, prioritariamente, que esses tipos podem se aproximar.

Palavras-chave: redações escolares; avaliação; marcas orais.

ABSTRACT

Verbal marks are present in formal written texts without, sometimes, being identified as such. What we found with this study took us to discuss the text production in the classroom and if the teacher gives emphasized to the relation genre to be produced and the kind of language to be used. Our aims were to observe the presence of verbal marks in school compositions and to identify the most recurrent ones in these texts. We used the field research and we, specifically, did a case study. For the analysis and data interpretation, we decided to use qualitative and quantitative research. We used thirty texts written by second year High School pupils from a private school of Teresina-PI, randomly chosen. We believe that verbal texts and writings tend to approach and move away from each other in such way that it is difficult for the students to identify the characteristics of each one. Portuguese language teaching must support the tripod: language, reading and production. The text productions must emphasize, in classroom, two skills (written and spoken), considering, primarily, that these types can become close

Keywords: school written compositions; evaluation; verbal marks.

INTRODUÇÃO

A redação escolar é um gênero textual que traz como característica, em nível de linguagem, aproximar-se do modelo culto da língua. Para muitos autores, trata-se de um gênero específico para o vestibular.

Ao considerarmos que os jovens tendem a usar costumeiramente marcas orais em textos escritos, delineamos nossos objetivos: verificar a ocorrência de marcas orais presentes em redações escolares e identificar as mais recorrentes nesses textos. O problema desse estudo apresentou-se da seguinte forma: Há que tipos de marcas orais em redações escolares, produzidos por alunos, em sala de aula?

O certo é que as marcas orais aparecem muitas vezes em textos escritos. Nesse sentido, nossas hipóteses foram: há manifestação de marcas orais em redações escolares, na sala de aula, e existe uma tendência de o professor não aceitar o seu uso em gêneros que priorizam o tipo dissertativo.

Optamos, então, por utilizar uma amostra de trinta redações feitas por alunos do segundo ano do ensino médio, de uma escola particular de Teresina-PI, escolhidos aleatoriamente, levando em conta as condições de produção de texto na sala de aula. Fizemos uma análise, buscando detectar a presença de marcas orais e a postura do professor diante desses termos.

Embasamo-nos em teóricos como Cunha (2000), o qual identifica a redação escolar como um gênero, Costa Val (1994) e Serafine (2001), que mostram particularidades do gênero redação escolar e Pilar (2001), que apresenta o vestibular como o determinante do aspecto social do texto produzido em sala de aula. No que se refere à oralidade, demos enfoque à visão de Marcuschi (2001), Fávero et al. (2003), Hilgert (2006), dentre outros.

O que constatamos, com este estudo, é que não há privilégio da

norma culta nos textos produzidos por alunos. Percebemos que os textos orais e escritos tendem a se aproximar e afastar de tal maneira que fica difícil delimitar as características de cada um.

1 A REDAÇÃO ESCOLAR COMO GÊNERO TEXTUAL

É a redação um gênero, porque, assim como os demais, possui uma estrutura definida (introdução, desenvolvimento e conclusão). Entre os tipos textuais mais utilizados (dissertação, narração e descrição), o dissertativo é geralmente o mais cobrado em sala de aula devido ao vestibular.

Costa Val (1994) define a redação escolar como um texto escrito, com caráter formal, composto por uma estrutura na qual percebemos, de forma explícita, três partes: introdução, desenvolvimento e conclusão. Esse gênero, para ela, é próprio do programa de concurso vestibular, priorizando o tipo dissertativo-argumentativo, pois procura avaliar a habilidade do candidato em expor ideias e argumentos em torno de determinado problema.

É importante registrar, então, que as escolas têm por meta preparar o aluno para o exame vestibular. Dessa forma, o desenvolvimento da produção de textos, em sala de aula, tende a enfatizar a redação, principalmente, a de cunho dissertativo.

De acordo com Cunha (2000), os gêneros não são definidos tendo por base apenas as formas linguísticas, sem levar em conta os caracteres composicionais dos mesmos. Bakhtin (1988) já mencionava que os gêneros refletem as condições específicas e as finalidades de cada uma das esferas sociais pelo conteúdo temático, pelo estilo de língua e pela construção composicional.

A redação escolar é um gênero escolar, para Cunha (2000), refletindo a necessidade de os professores treinarem com os alunos os

tipos textuais. Considerando, ainda, que os vestibulares costumam trabalhar com propostas de produção que dão ênfase a esse gênero.

Serafine (2001) relata que a redação é um texto que traz certa neutralidade, pois requer do estudante uma atenção que é mais voltada para a forma e para o conteúdo, exigindo uma coordenação de modo rígido das ideias.

Percebemos, na visão de Serafine (2001), a presença de características, citadas por Bakhtin (2000), na redação escolar: o conteúdo temático, o que pode ser dito através de um gênero; a estrutura composicional, a estrutura que particulariza o gênero em questão; e o estilo, ou seja, o uso da linguagem derivado da posição enunciativa do locutor. Esse último recebe um destaque por parte da autora no que se refere à redação, pois, segundo ela, busca desenvolver a habilidade com o padrão culto da língua, ensinado na escola.

Por meio da redação, para ela, podemos pensar em tipos de texto totalmente diferentes: a descrição, a narração e a dissertação. Esse último tipo é o mais trabalhado na escola, visto que tende a ser solicitado nos exames vestibulares.

Pilar (2002) apresenta a redação de vestibular como um gênero textual, pois expõe que ela apresenta um tipo específico de texto, com suas peculiaridades, como, por exemplo, o fato de aparecer sob a perspectiva de tipologia textual (dissertativa, narrativa e descritiva) nos livros didáticos. Nessa classificação de tipologia, coloca, seguindo a visão de Serafine (2001), que é o texto dissertativo o mais cobrado no exame para ingresso na universidade.

Nesse sentido, convém ressaltar que o ensino de redação deve estar pautado, na visão da autora, nos três pilares de sustentação desse gênero (dado-tese-garantia), pois não possuindo estas condições, o

aluno estará preso a “fazer cópias disfarçadas dos textos dos outros” (PILAR, 2002, p. 171).

O posicionamento de Pilar (2002) parece o mais adequado quanto à inserção da redação escolar como um gênero que prepara o aluno para ingressar na universidade, daí concordarmos que o caráter social da redação se encontra nesse aspecto. No entanto, insistimos no fato de que é preciso ensinar outros gêneros textuais, visto que o professor deve preparar o aluno para atuar em sociedade e não apenas galgar um espaço no meio universitário.

É impossível ocorrer qualquer tipo de mudança se não houver uma tomada de consciência e responsabilidade do professor quanto a preparar-se para fazer escolhas que viabilizam um ensino em que haja trocas contínuas de estímulos (escola-sociedade/ sociedade-escola). Só então, o aluno será um dos personagens atuantes no próprio contexto social.

2 A RELAÇÃO ENTRE A LÍNGUA FALADA E A ESCRITA

A modalidade falada da língua está presente em vários contextos sociais. Partindo dessa concepção, podemos, atualmente, delimitar papéis diferentes, na sociedade, para a língua oral e escrita, individualizando-as quando necessário.

Para Marcuschi (2001), a posição superior da escrita, no contexto social, não passa de uma criação em que estão envolvidas questões políticas e sociais de prestígio. Para ele, a fala e a escrita têm seu valor social, ajudando o usuário de uma língua a compreender o mundo; afinal o homem possui a necessidade de se comunicar.

A fala, de acordo com Marcuschi (2001), caracteriza-se pelo uso da língua na sua forma de sons, articulados e significativos, com aspectos prosódicos, envolvendo a linguagem gestual e corporal; já a escrita,

por ser de constituição gráfica, pode apresentar-se, conforme o nível tecnológico, em unidades alfabéticas e ideogramas ou unidades iconográficas. A escrita, segundo ele, serve para complementar a fala.

Marcuschi (2001), reforçando a ideia de Koch e Oesterreicher (1990), diz que o texto falado e o escrito podem ser vistos em um contínuo, o qual os aproxima ou os afasta. Dessa forma, existe o texto falado prototípico, por exemplo, a conversação, e o texto escrito prototípico, os textos científicos.

A situação de uso da língua, na sociedade, vai conduzir-nos a classificar um texto como oral formal, aproximando-se da escrita, ou escrito informal, tendo proximidade da língua falada.

Hilgert (2006, p. 19) considera como elemento formador de um texto a relação entre os envolvidos na comunicação. Assim, as características de um texto falado ou escrito, para ele, dependem do:

[...] ponto de vista das condições de comunicação, por um alto grau de privacidade, de intimidade, de envolvimento emocional, de mútua referencialidade, de cooperação, de dialogicidade, de espontaneidade entre os interlocutores, e, também, por um destacado grau de dependência situacional e interacional das atividades de comunicação, além de um baixo grau de concentração temática.

O que Hilgert (2006) procura expor é que a fala e a escrita identificam gêneros de textos com traços que os concebem como textos falados e textos escritos, dependendo da situação social em que estão inseridos.

Fávero et al. (2003) salienta como fatores mais importantes na análise de um texto, seja oral ou escrito, a situação comunicativa, características dos participantes, as relações travadas entre os mesmos, tópicos discursivos, aspectos linguísticos e paralinguísticos, dentre outros; as características individuais, por exemplo, as crenças e os valores, e

as características do grupo social, a classe social, como exemplo, de que faz parte o falante ou o escritor.

Simões (2006), por sua vez, faz uma análise da língua como uma manifestação do pensamento, precisando, portanto, de normatização em benefício da comunicação. Para ela, é importante conhecer a Fonética, parte que estuda os sons produzidos pelos falantes, diferenciando-a da Fonologia, estudo dos sons da língua; porque, através da Fonética entendemos as distinções dialetais, que, às vezes, manifestam-se na escrita.

A autora posiciona-se a favor de o professor, na sala de aula, aceitar grafias de base fonética assentadas na fala, visto que, segundo ela:

(...), a linguística moderna e a psicologia têm trazido substanciais contribuições para o processo de ensino-aprendizagem da língua, reservando a aprendizagem das formas gráficas do uso-padrão para um estágio posterior ao processo de letramento ou aprendizado do código escrito. Até mesmo em relação ao aperfeiçoamento do domínio do vernáculo, vê-se que a conquista das formas gráficas é algo paulatino e decorrente. (SIMÕES, 2006, p. 49).

Com a linguística textual e a análise do discurso, acredita Simões (2006), não há o que temer no momento da avaliação de um texto, pois o que caracteriza um texto como adequado não é o uso correto de uma determinada palavra, mas as condições de legibilidade, coesão e coerência, e o grau de informatividade.

Por fim, cabe-nos ressaltar a abordagem de Leite (2006), que acredita que o falante tem a preocupação em falar bem a sua língua; sendo que, para ele, falar bem significa estar alinhado com as práticas linguísticas do grupo a que se pertence.

Leite (2006) expõe que a gramática de uso dos falantes chega a alterar a gramática normativa diacronicamente, ou seja, as mudanças

da norma que se manifestam na língua oral levam algum tempo para aparecer no padrão escrito.

Dessa maneira, fica evidente que há interferências da oralidade na escrita. No entanto, é preciso deixar claro que isso não justifica um uso negligente de regras da gramática prescritiva. Assim, o que prioritariamente deve existir, na sala de aula, é o preparo do aluno para o uso das diferentes modalidades.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA INVESTIGAÇÃO

Sabemos que a redação escolar é um gênero presente na vida diária de um estudante. É essa regularidade, por sua vez, que marca uma produção textual como gênero no âmbito social.

Nosso *corpus* é formado por 30 textos, produzidos na sala de aula, por alunos do 2º ano, em uma escola particular de Teresina-PI. Dessa forma, esta pesquisa é de campo, pois se realiza *in loco*, o que, para Lakatos e Marconi (2001), caracteriza esse tipo de pesquisa; além da possibilidade de criar certa familiaridade do pesquisador e o meio pesquisado.

Além disso, segundo Gonçalves (2003), no que diz respeito aos procedimentos de análise dos dados, é um estudo de caso, e no que se refere à natureza da pesquisa, optamos por desenvolver um estudo de cunho quantitativo e qualitativo, porque fizemos interpretações e atribuições de significados.

Realizamos uma seleção aleatória, dando a cada participante do universo a mesma chance de participar da amostra. Assim, podemos dizer que se trata de uma amostragem aleatória ou probabilística simples. (LAKATOS E MARCONI, 2001).

A análise foi realizada segundo o exposto por Simões (2006), no que se refere à fonética; por Fávero et al. (2001), quanto à repetição,

e por Leite (2006), que considera que a gramática da língua falada interfere na gramática da língua escrita.

Para melhor observar o trabalho com nossa amostra, optamos por apresentar apenas exemplos da análise realizada, visto que, com frequência, alguns aspectos eram comuns a todos os textos.

4 ANÁLISE DAS MARCAS DA ORALIDADE NAS REDAÇÕES ESCOLARES DO 2º ANO DO ENSINO MÉDIO

A língua oral interfere na língua escrita sem que, muitas vezes, identifiquemos esta interferência. Na sala de aula, isso também ocorre, deixando o professor sem saber como proceder diante de tal fato.

Procuramos analisar os textos produzidos por alunos do 2º ano do ensino médio, partindo, a princípio, do fato de que o corpo discente já sabe diferenciar a língua oral da escrita.

Das 30 redações analisadas, apenas 3 textos aproximaram-se do padrão culto da língua, enquanto que as 27 produções ficaram bem próximas à língua oralizada, ou seja, tenderam para a informalidade, de tal maneira que manifestaram aspectos fonéticos, repetição e ausência da gramaticalidade, no que se refere à flexão de número, troca do verbo “haver” pelo verbo “ter” e do pronome “isto” por “isso” (vice-versa para ambos os casos).

O que mais chama a atenção, no momento da análise, é o fato do aluno não atentar para a aproximação do texto escrito no que se refere ao texto oralizado. No exemplo 1, verificamos algumas questões de fonética:

- (1) (...) por isso que os Bandidos robam, matam, estrupam Etc.
- (2) Não está existindo nenhum direito si quer.
- (3) (...) se ele não for absorvido são mais 5 anos pra ter outro jul-

gamento é uma decadência ficar em uma cela com mais do doblo de pessoas que deveriam está ali é desumano ser aquilo.

Com a análise dos exemplos 1, 2 e 3, já podemos verificar que há formas típicas da oralidade. Existe uma tendência dos textos apresentarem o que Simões (2006) chamou de fenômeno da dialeção, ou seja, marcas regionais, como por exemplo, robam – estrupam – si quer – dobro – absorvido. É claro que, na língua oral, costumeiramente, trocam-se as situações de parônimos e homônimos. Outro aspecto a ser observado consiste na ausência do travador r, conforme Simões (2006), no verbo estar (deveriam está).

Muitas vezes, as interferências da oralidade na escrita podem ser confundidas com a falta de conhecimento ortográfico; conforme exemplo 4:

(4) Os presos são apenas armazenados, ou seja, jogados nas celas. onde ficam aos montes sem ao mínimo de diginidade.

A pronúncia da palavra dignidade interfere na escrita. Isso nos leva a lembrar de Simões (2006) quando menciona que há uma real necessidade de se fazer paralelos entre a língua falada e a língua escrita.

A repetição, conforme Fávero et al. (2001), também marca a oralidade. Sabemos da existência de recursos estilísticos (zeugma, elipse, assíndeto, etc.) que resolvem tal situação, isto é, a repetição fica mais trabalhada, sem, muitas vezes ser sentida. No exemplo a seguir, constatamos isso:

(5) No Brasil há muitos problemas como todos nós sabemos. A corrupção é um tipo de problema sério, um problema que leva a muitos outros problemas e mais graves.

Podemos verificar que a riqueza de informatividade e até de expressividade são, muitas vezes, encontradas nesses textos. Não obstante o aluno atinja esse objetivo, na segunda série do ensino médio, é mister saber as características de cada modalidade da língua, dependendo da situação de uso.

Há ainda a flexão de número, analisada por nós, esquecida nos textos orais, tendendo a estar ausente, também, na produção escrita. As situações a seguir exemplificam isso:

(6) **É esses filhos aíh que mais tarde sofre.**

(7) **Mais, isso não significa que eles não deveriam ser tratado...**

Admitimos que o significado do texto não seja prejudicado nesses exemplos, mas, diante do contexto de produção, preparação para o vestibular, o aluno precisa dominar a norma-padrão.

Quando nos voltamos à desconsideração da gramática, percebemos, também, um trabalho semelhante com a troca do verbo “haver” por “ter” e o pronome demonstrativo “isso” por “isto”. Nos exemplos 8 e 9, demonstramos esse fato:

(8) **Tem mãe que não troca dinheiro pelo o amor de seu filho, e pai que fica louco procurando um trabalho, (...)**

(9) **(...) É comum recebermos notícias falando sobre a morte de presos e ninguém faz nada.**

Para solucionar isto seria propício (...)

Qualquer análise dessas situações nos levaria a indicar um caso de infração da regra gramatical. Embora haja, de fato, um desvio da norma-padrão, é preciso confrontar o que se mostra usual, costumeiro, no que se refere à língua falada e o que deveria estar presente na língua escrita.

Para sintetizar as ocorrências das marcas da oralidade analisadas por nós, construímos um quadro comparativo:

QUADRO: INTERFERÊNCIAS DA ORALIDADE NA ESCRITA

FONÉTICA	REPETIÇÃO	AUSÊNCIA DA FLEXÃO DE NÚMERO	TROCA DO VERBO <i>HAVER</i> POR <i>TER</i> (VICE-VERSA)	TROCA DO PRONOME DEMONSTRATIVO <i>ISTO</i> POR <i>ISSO</i> (VICE-VERSA)
50%	46,7%	26,7%	10%	20%

As situações de fonética (transformar-las, abursos, estrupos, etc.) manifestaram-se em 50% das produções, levando-nos a acreditar na interferência da língua oral na escrita, porque, nesses exemplos, constatamos que o aluno procura escrever como fala.

Repetição é característica frequente na análise feita: ocorreram em 46,7% dos textos observados. Embora a repetição exista na língua escrita, não podemos considerar isso um problema, deve ser mais trabalhada que na língua oralizada. Dessa maneira, o trabalho com a linguística textual, coesão, possibilita esse aprimoramento.

Os aspectos, enumerados por nós como gramaticalidade, mostram que a gramática de uso termina por interferir na gramática prescritiva. Muitas vezes, o que é ensinado na sala de aula, quando colocado em uso, passa a ser esquecido ou, por força dos grupos em que estamos inseridos, há uma imposição do que deve ser usado.

Ante o exposto, podemos inferir que as marcas orais mais recorrentes no 2º ano do ensino médio, na escola pesquisada, consistem em aspectos relacionados à fonética, à repetição e à ausência da flexão de número. Isso nos leva a crer em interferências significativas da língua oral na língua escrita.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da análise apresentada, fica evidente a interferência da oralidade na escrita. O que, a princípio, pode se manifestar em textos realizados na escola, posteriormente, causará problemas na construção de outros gêneros textuais.

Sem dúvida, há gêneros que permitem uma maior aproximação da língua oral da escrita; entretanto o professor de produção de texto precisa alertar seus alunos para essa possibilidade. Dizer, por exemplo, que na redação escolar não cabe essa aproximação, sem uma justificativa plausível e fundamentada, é criar apenas um aspecto de proibição. Assim, preparar o aluno para o uso das diferentes modalidades consiste em tarefa básica na sala de aula.

Além desse aspecto, não podemos esquecer que o usuário de uma língua deve saber quando utilizar regras específicas para cada modalidade, levando em conta o contexto situacional e os objetivos pretendidos.

Outro aspecto que precisa ser considerado, diante dos resultados obtidos, é a escassez de leitura de textos impressos, pois sabemos que cada vez a distância que separa o estudante do texto escrito torna-se maior devido ao crescimento tecnológico: há livros, atualmente, nos quais as histórias são contadas. Esse pode ser um dos motivos de termos tantas marcas da língua falada presente em um texto escrito.

Por fim, acreditamos ser o ensino de língua portuguesa sustentado

pelo tripé língua/ leitura/ produção. Assim, as produções de texto devem ser trabalhadas com as duas modalidades (escrita e falada), considerando, prioritariamente, que esses tipos podem se aproximar.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo, Hucitec, 1988.

_____. *Estética e criação verbal*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

COSTA VAL, M. G. *Redação e textualidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

CUNHA, D. A. A noção de gênero: algumas evidências e dificuldades. *Revista do Gelne*, Fortaleza, vol. 2, n. 2, 2000.

GONÇALVES, E. P. *Iniciação à pesquisa científica*. São Paulo: Alínea, 2003.

HILGERT, J. G. A construção do texto “falado” por escrito na Internet. In: PRETI, D. (Org.). *Fala e escrita em questão*. 3. ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. *Fundamentos da metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 2001.

LEITE, M. Q. A influência da língua falada na gramática tradicional. In: PRETI, D. (Org.). *Fala e escrita em questão*. 3. ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

MARCUSCHI, L. A. *Da fala para a escrita: atividade de retextualização*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

PILLAR, J. A redação de vestibular como gênero. In: MEURER,

J. L.; MOTTA-ROTH, D. *Gêneros textuais e práticas discursivas: subsídios para o ensino da linguagem*. São Paulo: EDUSC, 2002.

PRETI, D. *Estudos de língua oral e escrita*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

SERAFIN, M. T. *Como escrever textos*. 11. ed. São Paulo: Globo, 2001.

SIRMÕES, D. *Considerações sobre a fala e a escrita: fonologia em nova chave*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.